



MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO



LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

Lei 11.101/2005

Comentada artigo por artigo

10.^a edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

LEI DE RECUPERAÇÃO
DE EMPRESAS E FALÊNCIA

Lei 11.101/2005
Comentada artigo por artigo

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

Prefácio

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO

10.^a edição

revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 2001 – 2.^a edição: 2003 – 3.^a edição, 1.^a tiragem: outubro 2005 –

2.^a tiragem: março 2006 – 3.^a tiragem: junho 2006 – 4.^a edição, 1.^a tiragem: janeiro 2007;

2.^a tiragem: maio de 2007 – 5.^a edição: 2008 – 6.^a edição: 2009 – 7.^a edição: 2011 – 8.^a edição: 2012 – 9.^a edição: 2013

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [09-2014]

Universitário [complementar]

Fechamento desta edição [19.08.2014]



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

ISBN 978-85-203-5343-1

Nº

DATA

11221 10-12-14

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 10. ^a EDIÇÃO	7
NOTA DO AUTOR À 9. ^a EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 8. ^a EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À 7. ^a EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 5. ^a EDIÇÃO	17
NOTA DO AUTOR À 4. ^a EDIÇÃO	19
NOTA DO AUTOR À 3. ^a EDIÇÃO	21
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO	23
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO	25

INTRODUÇÃO AOS COMENTÁRIOS

1. MÉTODO PARA O ESTUDO DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS...	41
1.1 Método para o estudo da Lei de Recuperação e Falências	41
1.2 O exame do índice da Lei de Recuperação e Falências	42
1.3 O exame dos diversos autos no processo de falência	44
1.4 Conclusão	46
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO, VISÃO CRÍTICA DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS	49
2.1 Primeiros delineamentos históricos	49

2.2 Idade Média	50
2.3 O Código Napoleônico e o direito brasileiro	51
2.4 A posição de Rubens Requião	51
2.5 A posição de Nelson Abrão	54
2.6 A posição de Jorge Lobo	56
2.7 A posição de Paulo Fernando Campos Salles de Toledo	58
2.8 A nova Lei de Recuperação e Falências	58

COMENTÁRIOS

LEI 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º	67
Art. 2.º	70
Art. 3.º	71
Art. 4.º	74

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES COMUNS

À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	75
Art. 5.º	75
Art. 6.º	76
SEÇÃO II – DA VERIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	87
Art. 7.º	88
Art. 8.º	90
Art. 9.º	91
Art. 10	94

Art. 11	96
Art. 12	96
Art. 13	97
Art. 14	98
Art. 15	98
Art. 16	99
Art. 17	99
Art. 18	100
Art. 19	101
Art. 20	103
SEÇÃO III – DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E DO COMITÊ DE CREDORES	104
Art. 21	104
Art. 22	106
Art. 23	115
Art. 24	116
Art. 25	117
Art. 26	118
Art. 27	120
Art. 28	121
Art. 29	122
Art. 30	122
Art. 31	123
Art. 32	124
Art. 33	125
Art. 34	125
SEÇÃO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES	126
Art. 35	126
Art. 36	129

Art. 37	131
Art. 38	133
Art. 39	135
Art. 40	136
Art. 41	137
Art. 42	138
Art. 43	139
Art. 44	140
Art. 45	140
Art. 46	141

CAPÍTULO III DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	141
Art. 47	144
Art. 48	145
Art. 49	147
Art. 50	153
SEÇÃO II – DO PEDIDO E DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	159
Art. 51	159
Art. 52	165
SEÇÃO III – DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	171
Art. 53	171
Art. 54	173
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	174
Art. 55	174
Art. 56	176

Art. 57	178
Art. 58	180
Art. 59	181
Art. 60	183
Art. 61	184
Art. 62	185
Art. 63	185
Art. 64	187
Art. 65	188
Art. 66	189
Art. 67	189
Art. 68	190
Art. 69	191

SEÇÃO V – DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	192
Art. 70	193
Art. 71	194
Art. 72	196

CAPÍTULO IV DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA

Art. 73	198
Art. 74	200

CAPÍTULO V DA FALÊNCIA

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	201
Art. 75	201
Art. 76	204

Art. 77	206
Art. 78	206
Art. 79	207
Art. 80	207
Art. 81	208
Art. 82	210
SEÇÃO II – DA CLASSIFICAÇÃO DOS CREDITOS	212
Art. 83	212
Art. 84	220
SEÇÃO III – DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	223
Art. 85	223
Art. 86	226
Art. 87	231
Art. 88	233
Art. 89	233
Art. 90	234
Art. 91	234
Art. 92	235
Art. 93	236
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO PARA A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA	239
Art. 94	239
Art. 95	248
Art. 96	249
Art. 97	251
Art. 98	253
Art. 99	256
Art. 100	262
Art. 101	263

SEÇÃO V – DA INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, DOS DIREITOS E DEVERES DO FALIDO	265
Art. 102	265
Art. 103	266
Art. 104	267
SEÇÃO VI – DA FALÊNCIA REQUERIDA PELO PRÓPRIO DEVEDOR	270
Art. 105	270
Art. 106	272
Art. 107	272
SEÇÃO VII – DA ARRECADAÇÃO E DA CUSTÓDIA DOS BENS	272
Art. 108	272
Art. 109	275
Art. 110	275
Art. 111	277
Art. 112	277
Art. 113	278
Art. 114	278
SEÇÃO VIII – DOS EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR	279
Art. 115	279
Art. 116	280
Art. 117	281
Art. 118	283
Art. 119	284
Art. 120	288
Art. 121	289
Art. 122	290
Art. 123	291
Art. 124	293

Art. 125	294
Art. 126	294
Art. 127	295
Art. 128	296
SEÇÃO IX – DA INEFICÁCIA E DA REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA ..	297
Art. 129	298
Art. 130	304
Art. 131	306
Art. 132	308
Art. 133	309
Art. 134	311
Art. 135	311
Art. 136	311
Art. 137	314
Art. 138	314
SEÇÃO X – DA REALIZAÇÃO DO ATIVO	315
Art. 139	315
Art. 140	315
Art. 141	317
Art. 142	320
Art. 143	322
Art. 144	323
Art. 145	323
Art. 146	324
Art. 147	324
Art. 148	324
SEÇÃO XI – DO PAGAMENTO AOS CREDORES	325
Art. 149	326

Art. 150	328
Art. 151	329
Art. 152	330
Art. 153	331

SEÇÃO XII – DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	332
--	-----

Art. 154	332
Art. 155	334
Art. 156	334
Art. 157	336
Art. 158	336
Art. 159	339
Art. 160	340

CAPÍTULO VI DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Art. 161	344
Art. 162	348
Art. 163	349
Art. 164	353
Art. 165	356
Art. 166	357
Art. 167	357

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES PENAIS

SEÇÃO I – DOS CRIMES EM ESPÉCIE	359
Art. 168	361
Art. 169	363
Art. 170	364
Art. 171	364

Art. 172	365
Art. 173	366
Art. 174	367
Art. 175	367
Art. 176	368
Art. 177	368
Art. 178	369
SEÇÃO II – DISPOSIÇÕES COMUNS	370
Art. 179	370
Art. 180	371
Art. 181	372
Art. 182	374
SEÇÃO III – DO PROCEDIMENTO PENAL.....	376
Art. 183	376
Art. 184	377
Art. 185	379
Art. 186	380
Art. 187	381
Art. 188	383

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 189	384
Art. 190	385
Art. 191	386
Art. 192	386
Art. 193	389
Art. 194	390
Art. 195	390
Art. 196	390

Art. 197	391
Art. 198	392
Art. 199	392
Art. 200	394
Art. 201	394
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	395
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	401
ADENDOS	425
1. 1 Jornada de Direito Comercial.....	425
2. Súmulas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Câmara Especial de Recuperação e Falências	426
3. Jornada Paulista de Direito Empresarial.....	428
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	432